

OS SALESIANOS EM MOÇAMBIQUE: PRIMEIRA FASE (1907-1913) - ESCOLA E MISSÃO

AMADOR ANJOS*

Siglas e abreviaturas

APP	Arquivo da Província Portuguesa da Sociedade Salesiana (Lisboa)
ASC	Archivio Salesiano Centrale (Roma)
BS	Bollettino Salesiano (ed. ital.)
BSP	Boletim Salesiano (ed. port.)
<i>Prelazia</i>	A prelazia de Moçambique, protestando respeitosamente pela verdade e pela justiça (Francisco Ferreira da Silva, Lisboa, 1913)

Introdução

O presente estudo sobre a primeira obra salesiana em Moçambique¹ tem a fundamentá-lo uns quantos documentos, de primeira mão, existentes no *Archivio Salesiano Centrale* (Roma) e no *Arquivo da Província Portuguesa da Sociedade Salesiana* (Lisboa) – maioritariamente cartas e relatórios –, o *Boletim Salesiano* (na dupla edição italiana e portuguesa)² e o valioso relatório do prelado de Moçambique, Francisco Ferreira da Silva (bispo titular de Siene) sobre a Escola de Artes e Ofícios (confiada aos salesianos) e o Instituto Leão XIII (confiado às irmãs de S. José de Cluny), sob a epígrafe *A prelazia de Moçambique, protestando respeitosamente pela verdade e pela justiça* (Lisboa, Tip. Anuário Comercial 1913). Infelizmente em 1975 extraviaram-se as crónicas da Escola de Artes e Ofícios – conservadas até essa altura no Instituto Mouzinho de Albuquerque (Namaacha) – por ocasião do movimento independentista de Moçambique.

Na utilização das fontes – restritas como se vê – tivemos em vista chamar a atenção para as vicissitudes por que passaram os salesianos no breve espaço de tempo entre 1907 e 1913, durante o qual trabalharam na Escola de Artes e Ofícios (ilha de Moçambique) e, desde 1909, na vizinha missão (território continental),

* Salesiano, professor de língua portuguesa e arquivista - Lisboa.

¹ Sobre os salesianos na ilha de Moçambique saiu recentemente um interessante opúsculo da autoria do missionário salesiano em Moçambique, Adolfo VIEIRA, *Uma obra pioneira. Os Salesianos na Ilha de Moçambique*. Maputo 1998.

² A tradução dos textos citados ao longo do estudo, quase todos em italiano, é da responsabilidade do autor.

localizada primeiro na Mochélia,³ junto ao rio Monapo, e depois na vizinha localidade de Lunga. Acentuamos concretamente: as dificuldades iniciais em ultrapassar o caos em que a escola-internato se encontrava, a escassez continuada de mestres de oficina, os contratemplos na missão, o pesadelo das hostilidades sofridas nos últimos três anos.

Mas nestas páginas procuramos mostrar também que, apesar das condições precárias e adversas, os salesianos conseguiram realizar uma obra reconhecida-mente meritória, quer na escola, quer na missão propriamente dita. Na escola, melhorando as condições do ambiente físico e dignificando o ambiente moral, estabelecendo o equilíbrio económico e elevando o nível de formação literária e técnico-profissional dos alunos. Na missão, evangelizando com zelo os nativos em geral e, em particular, alimentando nos jovens o gosto pela agricultura, o apego à terra e à família, e afastando assim o perigo da vadiagem.

I - ESCOLA DE ARTES E OFÍCIOS

1. Um passo de grande significado

Foi sobretudo com a aceitação da Escola de Artes e Ofícios na ilha de Moçambique, em 1907,⁴ que a província portuguesa se lançou decididamente na aventura missionária. Sobretudo, porque as fundações anteriores (1906) do Orfanato Imaculada Conceição em Macau e de uma obra em Tanjor-Meliapor (padroado da Índia), embora ficassem a depender de Lisboa do ponto de vista canónico, não empenhavam propriamente a província em termos de pessoal, que era directamente enviado de Turim (casa-mãe).

A partir do interesse manifestado por António Barroso, quando prelado do território moçambicano (1891-1897), em obter o contributo missionário dos salesianos, o provincial, padre Pedro Cogliolo, fez ver aos superiores maiores a importância dessa oportunidade em vista de os salesianos de Portugal ganharem maior visibilidade e credibilidade face ao governo, ao episcopado e à opinião pública, promovendo, ao mesmo tempo, uma das dimensões fundamentais da congregação salesiana: a dimensão missionária. Sentia-se, aliás, corroborado na ideia pelo procurador-geral das missões espiritanas, o qual lhe dissera (como Cogliolo transcreve em carta de Fevereiro de 1897, dirigida ao secretário do conselho geral, Celestino Durando):

³ Há quem adopte a grafia Muchélia, como René PÉLISSIER, *História de Moçambique*. 2 vol. Lisboa, Editorial Estampa 1987.

⁴ Antes de a província portuguesa alargar a sua acção a Moçambique, já os salesianos trabalhavam desde a última década do século XIX nos seguintes territórios do continente africano: Argélia (1891), Tunísia (1894), Egipto (1896) e África do Sul (1896).

«Aceitem [a missão de Moçambique], não percam o ensejo [que lhes é oferecido], pois é o único meio de a vossa congregação se afirmar em Portugal, assegurando a simpatia das autoridades [civis e religiosas] e todos aqueles apoios de que venham a necessitar».⁵

É que o governo, se, por um lado, mal tolerava os institutos religiosos no país, reconhecia, por outro, o extraordinário alcance civilizador e patriótico da acção por eles desenvolvida no ultramar, frente inclusive ao avanço indesejado – porque suspeito mas que, ao abrigo da Conferência de Berlim (1885), não podia ser sustido – dos missionários protestantes. Tal o motivo da insistência de Pedro Cogliolo em nova carta a Celestino Durando:

«A aceitação da Escola de Artes e Ofícios, na ilha de Moçambique, permitiria a nossa entrada nas possessões portuguesas ultramarinas e daqui resultaria uma grande, diria mesmo extraordinária vantagem para a obra salesiana em Portugal. Na verdade, [além do esforço missionário em si], atrairíamos a estima e o apoio do governo, do prelado e de todas as autoridades».⁶

2. Antecedentes da intervenção salesiana

A escola da ilha de Moçambique fora criada em 1877 pelo governador-geral de Moçambique, Francisco Maria da Cunha, com o fim de ministrar o ensino profissional e a educação moral a jovens nativos. Mas tal objectivo veio a falhar redondamente por falta de orientadores estáveis e capazes. Como refere o prelado de Moçambique, Francisco Ferreira da Silva,

«era inevitável o estado caótico que se devia dar, não só na administração económica da escola como [também] na sua disciplina interna, visto os directores [todos eles meteóricos] não terem tempo, pelos altos lugares que ocupavam, de atender aos seus deveres de supervisão. Por isso, não admira que o dito estabelecimento, destinado a educar, se tivesse transformado numa escola de vícios».⁷

Não conseguindo encontrar solução para o problema, as autoridades responsáveis decidiram transferir para a prelazia a direcção e administração em 1896 e a completa responsabilidade em 1901. O apelo do bispo António Barroso à colaboração salesiana precedera essa transferência e tinha a corroborá-lo o facto de o governo português – acentuava o prelado de Moçambique – ver com bons olhos o contributo missionário dos filhos de Dom Bosco:

⁵ ASC F 707 Mozambico, *carta Cogliolo-Durando*, Lisboa, 28. 2. 1897.

⁶ *Ibid.*, *carta Cogliolo-Durando*, Lisboa, 15. 12. 1897.

⁷ *Prelazia*, pp. 11-12. O autor refere em apêndice dois documentos oficiais que denunciavam o estado lastimável da escola em 1899/1900. No segundo, assinado por A. M. Gaspar de Vasconcelos, lê-se a seguinte passagem: «Dizia-se por aí sem reboço que este prestimoso estabelecimento de educação e ensino profissional era uma ‘escola de vícios, de desmoralização e de vadiagem’» (*Prelazia*, p. 52).

«O governo português [...] deseja vivamente promover a propagação do catolicismo nos seus vastos domínios da África Oriental, através de missões bem organizadas que saibam aliar à educação religiosa o ensino profissional. Ele ficaria muito satisfeito se a congregação salesiana, que tão brilhantes serviços tem prestado na América, abrisse uma missão em Moçambique, onde poderia encontrar um largo campo para exercer o seu fervor cristão e zelo humanitário. E estaria mesmo disposto a favorecer ao máximo os salesianos».⁸

A proposta da missão veio a concretizar-se pouco depois na Escola de Artes e Ofícios logo que António Barroso soube da intenção do governo em confiá-la à prelazia. Mas as negociações prolongaram-se por vários anos e só em Março de 1906 é que o novo prelado de Moçambique, Francisco Ferreira da Silva,

«obteve pessoalmente do superior-geral dos salesianos, Miguel Rua [quando este se deslocou a Lisboa para a inauguração da nova sede das Oficinas de S. José em Março de 1906], a promessa formal de enviar o pessoal necessário para tomar conta da Escola de Artes e Ofícios de Moçambique».⁹

Aliás, o padre Miguel Rua, já por ocasião da sua primeira visita a Lisboa (Março de 1899), exprimira o desejo de que a casa de formação do Pinheiro fosse um alfofre de vocações missionárias para a evangelização do ultramar português. A própria ideia, por ele sugerida na altura, de acrescentar à designação da casa «Seminário do Sagrado Coração de Jesus» as palavras «para as missões das colónias portuguesas» é elucidativa.

Não consta que tenha sofrido quaisquer alterações a convenção assinada em 1898 por Miguel Rua, em nome da sociedade salesiana, e por António Barroso, em nome da prelazia de Moçambique cujo resumo se transcreve:¹⁰

«Moçambique. Convenção entre o prelado de Moçambique e o padre Rua.
Duração – 5 anos, e considera-se renovada de 5 em 5 anos se não for denunciada um ano antes de expirar o prazo. No caso de rescisão, nenhuma das partes tem qualquer direito a ser indemnizada.
Obrigações do prelado – Todas as despesas do estabelecimento. Vencimento de 500 mil réis ao ano (em prestações mensais) por cada sacerdote salesiano; 250 libras em ouro ao ano (em prestações trimestrais) por cada escolástico e mestre de oficina, além de comida, alojamento, lavagem e arranjo de roupa e assistência médica; a cada um dos empregados, comida, alojamento, vestuário, etc., e 10 libras mensais.

⁸ ASC F 707 Mozambique, *carta Barroso-Rua*, 16. 7. 1896. Vem a propósito lembrar que as primeiras solicitações junto dos salesianos, com vista a obter a sua participação nas missões do ultramar português, remontam a inícios da década de 1880. Mostraram-se particularmente empenhados nessa participação alguns bispos de Macau, sensibilizados pelo jesuíta Francisco Xavier Rondina, e José Sebastião Neto (que viria a ser patriarca de Lisboa), antes de tomar posse da diocese de Angola e Congo em 1880.

⁹ ASC F 007, fasc. 13, Pietro Cogliolo, *Visita straordinaria. Casa di Mozambique*, 2-24. 9. 1909.

¹⁰ No ASC de Roma encontra-se, além do texto completo da convenção (14 artigos), com as respectivas assinaturas, o resumo da mesma aqui apresentado na íntegra. Ambos os textos têm a data de 29. 3. 1898.

Viagem gratuita de Turim a Moçambique em primeira classe, para os sacerdotes e para o provincial e seu acompanhante, de visita à casa, e em segunda para o demais pessoal. Viagem de repatriamento por motivo de saúde ou no caso de rescisão da convenção.

Obrigações dos salesianos – Orientar a Escola de Artes e Ofícios, recolhendo rapazes entre os 10 e os 11 anos e de constituição robusta. Enviar em Novembro de 1899 um sacerdote, um escolástico e 2 mestres de oficina. Num segundo tempo e o mais cedo possível, o resto do pessoal, em conformidade com as necessidades (pelo menos 2 ou 3 sacerdotes e 5 mestres de oficina). Ensino em língua portuguesa.

Direitos dos salesianos – Liberdade quanto à administração, direcção e disciplina interna. Possibilidade de despedir os alunos por motivo de comportamento, saúde, etc., devendo ser avisado previamente o prelado.¹¹

Na citada carta de 16 de Julho de 1896, António Barroso refere as condições postas pelo governo português como contrapartida às vantagens que o mesmo governo oferecia aos salesianos (tal como aos demais missionários e de acordo com o regime de padroado), condições que tinham em vista «salvaguardar os direitos e interesses» da nação portuguesa, ou seja, garantir «o incremento da evangelização» e, através desta, «o engrandecimento e o prestígio da influência portuguesa nas possessões ultramarinas».

Esta atitude do governo português em proteger as missões enquanto instrumento de evangelização e, simultaneamente, de lusitanização «nas possessões ultramarinas», reflectia a mentalidade geral dos países ocidentais que, sobretudo no século XIX e inícios do século XX, viam nos missionários representantes e promotores dos respectivos interesses e culturas.¹²

Entre as observações feitas pelos responsáveis da congregação salesiana – relativamente às condições do projecto de convenção referidas por António Barroso em anexo a esta sua carta –, a única que viria a merecer-lhes reparo era a que se referia ao ensino da língua portuguesa.

Dizia o artigo em causa: «Nas aulas e nas oficinas será apenas ensinada a língua portuguesa e a dos nativos». Observação ao texto do artigo:

«Como língua oficial não temos nada em contrário, mas não parece haver inconveniente em acrescentar o ensino de uma outra língua sobretudo aos alunos dotados de particular aptidão».

¹¹ ASC F 707 Mozambique, 29 de Março de 1898. Nesta altura, António Barroso já estava à frente da diocese de Meliapor (Índia), mas assinou a pedido e em nome de Sebastião Pereira, seu sucessor imediato (1897-1900), e como ele interessado na colaboração salesiana.

¹² No século XIX «os missionários [católicos e protestantes] que não dissociaram ainda claramente a evangelização da colonização, ocidentalizam e cristianizam ao mesmo tempo» (René RÉMOND, *Introdução à história do nosso tempo*. Trad. port. Lisboa, Gradiva 1994, p. 262). Compare-se com esta afirmação o que escreve Miguel de Oliveira relativamente ao que se passava no nosso país em finais do século XIX e inícios do séc. XX: «Com o interesse pelas colónias renasceu o interesse pelas missões; mas o Estado já se não propõe dilatar a Fé: auxilia a obra missionária como elemento de nacionalização» (Miguel DE OLIVEIRA, *História da Igreja em Portugal*. 4ª ed. Lisboa, União Gráfica 1968, p. 367).

Réplica à observação feita:

«Para já, não se vê utilidade alguma em ensinar aos negros qualquer outra língua além da portuguesa e da indígena [...]. Mais tarde, se vier a reconhecer-se a necessidade [*si l'on en reconnaît le besoin*], poderá ensinar-se uma outra língua».¹³

3. Promessa cumprida passado menos de um ano

Não tinha ainda decorrido um ano após a promessa feita pelo superior-geral, Miguel Rua, ao prelado de Moçambique, quando um grupo de missionários deixou Lisboa para ir dar-lhe cumprimento. Constituíam o grupo quatro elementos: dois italianos (padre João Barilari e salesiano leigo Salvador de Pascale) e dois portugueses (padre Alfredo Queiroz e salesiano leigo António Machado). O acontecimento ficou assim assinalado na *Cronaca della casa di Lisbona*:

«Hoje [1 de Fevereiro] partiram para Moçambique [4 salesianos] para fundar [isto é, assumir a direcção de] uma nova casa [...]. Aqui, na casa provincial [Oficinas de S. José], às 9 horas, estando presentes todos os alunos na capela, realizou-se a cerimónia do adeus [...], no meio da emoção geral [...]. Acto comovedor como este nunca se tinha verificado nesta casa».¹⁴

A realização desta cerimónia obedecia a um desejo manifestado pelo padre Miguel Rua ao provincial, Pedro Cogliolo, em Janeiro de 1907, no sentido de que a despedida dos missionários em Lisboa se fizesse, embora com menos pompa,

«como se costuma fazer no Santuário de Nossa Senhora Auxiliadora (em Turim), imprimindo-lhe a maior solenidade possível».¹⁵

4. Viagem e chegada dos missionários à ilha de Moçambique

À cerimónia de despedida seguiu-se o embarque dos missionários no paquete *Malanje* que havia de levá-los ao destino. A viagem,¹⁶ iniciada a 1 de Fevereiro de 1907, demorou mais de um mês com escala na Madeira, em Luanda, no Cabo (África do Sul), na Beira e em Lourenço Marques (hoje Maputo). Em todos estes lugares, os contactos havidos com as autoridades eclesiásticas e civis, ou outras entidades, foram acompanhados de grande cordialidade. Em Lourenço Marques tiveram a alegria de se encontrar com o prelado de Moçambique, Francisco Ferreira da Silva que os acolheu de braços abertos, com o governador-geral e com o governador do distrito. Este dialogou demoradamente com eles, mostrando-se muito satisfeito ao saber que iam dirigir a Escola de Artes e Ofícios da

¹³ ASC F 707 Mozambico, 29. 3. 1898.

¹⁴ APP, *Cronaca della casa di Lisbona*, 1907.

¹⁵ ASC F 707 Mozambico, *carta Gusmano-Cogliolo*, Turim, 18. 1. 1907.

¹⁶ O relato pormenorizado da viagem, feito pelo chefe da expedição João Barilari, foi publicado no BSP, Maio-Junho e outros números do ano de 1907.

ilha de Moçambique e manifestando, ao mesmo tempo, desejo de que pudessem vir a alargar a sua acção educativa a muitos outros lugares da Colónia. Ao chegarem à Beira, Barilari lembrou o trabalho notável desenvolvido pelos franciscanos naquela região, fazendo uma referência particular a uma escola de artes e ofícios (semelhante à da ilha de Moçambique) por eles dirigida.¹⁷

A 7 de Março, chegaram finalmente à vista da ilha e cidade de Moçambique, para cujos pontos mais salientes chama a atenção o autor do relato:

«À esquerda, o antigo forte [Fortaleza de S. Sebastião], que servia de defesa e agora [transformado em cadeia]; em frente, o grande palácio do governador e a catedral cuja elevada torre se ergue acima de todos os demais edifícios».¹⁸

Ancorado o navio, veio a bordo um sacerdote, encarregado de acompanhar os missionários ao paço episcopal, onde foram

«recebidos com a maior gentileza pelo cónego Sebastião Alves, vigário-geral da [prelazia]. E aqui ficaram hospedados até poderem instalar-se na escola».¹⁹

Decorridos alguns dias, e já instalados na escola [desde 11 de Março], o padre Barilari comunicava ao provincial as primeiras impressões acerca da casa e dos alunos:

«Apesar do calor, encontramos-nos bem [...]. Esperamos que lá para o fim deste mês [o tempo] comece a refrescar um pouco [...]. A casa está bem situada. Quanto às oficinas, os locais e as máquinas satisfazem».

«Deixam, porém, a desejar as camaratas, a cozinha, o refeitório e os sanitários. A alimentação dos alunos é à base de arroz, peixe e frango. O resto escasseia e é caríssimo. Quanto ao estado moral [do ambiente] é de pôr os cabelos em pé [...]. A instrução dos alunos é nula. A maior parte deles nem sequer percebe o português: a única língua que falam é o macua. As oficinas andam à deriva por falta de mestres».²⁰

Passados alguns meses, Barilari completa as suas impressões acerca da casa e da ilha numa outra carta ao provincial, a qual viria a ser publicada no *Boletim Salesiano* de Julho (1907):

«Contamos actualmente com 70 [alunos] internos, que aprendem diversos ofícios (sapateiro, alfaiate, marceneiro, tipógrafo, encadernador). Segundo o costume que encontrámos, uns 20 vão todos os dias às oficinas do Arsenal do Estado, perto da nossa casa onde aprendem [os ofícios de] serralheiro e construtor naval».²¹

No respeitante à ilha, a pouca distância do continente, faz umas breves referências às suas reduzidas dimensões (cerca de «seis quilómetros quadrados»), à população («sete a oito mil habitantes na sua maioria turcos e indianos»); brancos,

¹⁷ BSP 7 (1907) 520-521.

¹⁸ *Ibid.*

¹⁹ *Ibid.*

²⁰ ASC F 707 Mozambico, carta Barilari-Cogliolo, 14. 3. 1907.

²¹ BSP 7 (1907) 521-522.

só alguns funcionários públicos) e ao escasso movimento comercial relacionado com a pesca e géneros alimentícios vindos, na sua maior parte, de Portugal [continental], «visto que a agricultura nesta vasta província está atrasadíssima».²²

5. A ilha de Moçambique

A ilha de Moçambique (Muipiti, na língua macua) é uma ilhota situada junto à costa oriental africana (baía de Mossuril, para norte do país), a 5 quilómetros do continente, com a superfície de cerca de 3 quilómetros de comprimento e oscilando a largura entre 350 e 500 metros. Pela sua relevância histórica e geográfica ao longo de séculos, veio a dar o nome a todo o território da antiga colónia portuguesa da África Oriental, hoje país independente: a República de Moçambique.

Dada a posição estratégica, os portugueses fizeram dela, a partir da ocupação em 1506, uma feitoria ou entreposto comercial e uma base naval de grande importância, em função principalmente da Carreira da Índia. Daí o seu aspecto de ilha-fortaleza cujos vestígios subsistem, sendo o mais notável «a formidável fortaleza de S. Sebastião, [evocação de] um passado glorioso».²³ Além deste monumento, diversos outros enriquecem ainda a ilha, apesar da degradação mais ou menos acentuada a que chegaram: Forte de S. Lourenço, Palácio do Governador e igreja anexa²⁴ (antigo Colégio de S. Paulo, fundado pelos jesuítas), Alfândega, Arsenal da Marinha, Convento de S. Domingos, Igreja e Hospital da Misericórdia, Capela de nossa Senhora do Baluarte, Igreja de Nossa Senhora da Saúde... Estes monumentos mereceram à ilha ser incluída recentemente no património da humanidade; alguns deles têm vindo a ser recuperados.

Na ilha de Moçambique está situada a cidade do mesmo nome (o título de cidade remonta a 1818), capital do território até 1898, data em que a capital mudou para Lourenço Marques (Maputo).

A população, na sua maioria islamizada, rondava os sete/oito mil habitantes quando os salesianos aí iniciaram a sua actividade em 1907. O clima é muito húmido e quente e, por isso, bastante insalubre.²⁵

6. Trabalho denodado, entre as maiores carências

Foi com grande dedicação e espírito de sacrifício que os quatro salesianos recém-chegados à África Oriental, meteram mãos à obra na dignificação da Es-

²² *Ibid.*

²³ René PÉLISSIER, *História de Moçambique. Formação e oposição*, vol. I. Lisboa, Editorial Estampa 1987, p. 55.

²⁴ Esta igreja funcionou como catedral durante bastante tempo.

²⁵ Cf A. VIEIRA, *Uma obra pioneira...*, pp. 14-17.

cola de Artes e Ofícios da ilha de Moçambique. Tanto assim que no mês de Junho (três meses após a entrada), já o padre Barilari podia escrever com satisfação ao provincial que a situação da escola tinha melhorado significativamente quanto «à ordem e disciplina» e ao «espírito de piedade». É também referido o óptimo entendimento com as religiosas de S. José de Cluny e a colaboração recíproca.²⁶

Mas, na mesma carta, Barilari queixa-se amargamente de ver as oficinas sem mestres à altura para o seu regular funcionamento ao serviço dos aprendizes, e pede para que quanto antes o problema seja resolvido a fim de estes não ficarem defraudados, nem desacreditada a imagem dos salesianos junto das autoridades e do público:

«No sector oficial é que ainda não adiantámos nada, verificando-se as maiores lacunas na área das artes gráficas. Por isso, peço-lhe por tudo que faça o possível e o impossível para nos proporcionar [pelo menos um mestre tipógrafo e um mestre encadernador. Na verdade], é uma tristeza ver estas duas oficinas, com capacidade para vinte aprendizes cada uma, estarem praticamente paralisadas por falta de mestres [...]. O bispo está sempre a insistir comigo para que se resolva quanto antes o problema]».²⁷

A verdade, porém, é que o provincial não podia resolver o problema, a partir dos recursos humanos de que dispunha na altura, e esperava que os superiores maiores colmatassem, eles próprios, essas lacunas, enviando directamente de Itália os mestres solicitados. Quando em Setembro de 1909 visitou a casa de Moçambique, na qualidade de visitador extraordinário, Pedro Cogliolo assim escrevia no seu relatório aos superiores maiores:

«Trago de Moçambique o forte desejo manifestado por estes irmãos no sentido de serem mais apoiados pelos superiores. Há [quase três anos] que vêm pedindo mestres de oficina [...]. Em Moçambique é inútil procurá-los, já que o elemento europeu é constituído por militares e deportados da pior espécie. Trata-se de uma casa que deveria ser bem atendida, mesmo à custa de sacrifícios, pois do seu correcto funcionamento dependerá o bom nome dos salesianos em Portugal».²⁸

Entretanto, os apelos angustiados de Barilari vão-se repetindo em vão, de ano para ano, não apenas em relação aos mestres mas também ao pessoal em geral. Aos quatro pioneiros só em Março de 1908 veio juntar-se um novo elemento (italiano), por sinal de grande valor: o padre Martinho Recalcati. Mas era uma gota de água no meio de tantas carências, e atendendo a que as febres atingiam com frequência ora um ora outro missionário, debilitando-o para o trabalho. Em 1909 chegaria o salesiano leigo Gaspar Marques (português) e só em 1912 um outro salesiano leigo, José Casanova Ribas (espanhol) e o padre Pio Nelin (italiano), sem que, todavia, o problema dos mestres ficasse satisfatoriamente resolvido.

²⁶ ASC F 707 Mozambique, *carta Barilari-Cogliolo*, 8. 6. 1907.

²⁷ *Ibid.*

²⁸ ASC F 007, *Visita straordinaria...*

Ainda em 1912 – ou seja, um ano antes da expulsão de Moçambique, em consequência da revolução republicana –, Barilari escrevia desolado ao novo superior-geral, Paulo Albera, expondo-lhe a triste figura que os salesianos estavam a fazer na Escola de Artes e Ofícios, dadas as deficiências no ensino técnico:

«[...] a nossa honra e a honra da congregação não consentem que continuemos nestas condições. Estamos aqui há cinco anos e bem pouco se tem feito pelo ensino das artes, tornando-nos objecto de contínua crítica por parte das autoridades civis e eclesiásticas bem como do público [...]. Temos oficinas montadas e alunos e não temos quem os ensine. Mestres externos, se não foi possível encontrá-los no passado, menos ainda agora com o novo regime político».²⁹

7. Mas, apesar de tudo...

Sem querer minimizar as razões de queixa por parte do padre Barilari, director da Escola de Artes e Ofícios, somos, no entanto, levados a pensar, que na sua correspondência terá carregado as tintas, em ordem a conseguir senão tudo, pelo menos parte do pretendido. Aliás, se não tivesse havido obra positiva feita, mesmo ao nível das artes e ofícios, não se compreenderiam os testemunhos positivos que passamos a referir.

O primeiro testemunho é do padre Pedro Cogliolo. Apesar de, talvez por temperamento, não ser pródigo em declarações elogiosas, adverte contudo no citado relatório da sua visita extraordinária à casa de Moçambique em Setembro de 1909:

«Quanto aos alunos, muito se tem conseguido na melhoria da situação moral e religiosa e, inclusivamente, no sector técnico-profissional [...]. O governo, o bispo e as autoridades locais são unânimes em elogiar o trabalho e o fruto consolador obtido em tão pouco tempo pelos salesianos».³⁰

O segundo testemunho é do prelado de Moçambique, Francisco Ferreira da Silva, expresso no seu relatório de 1913 e dirigido ao ministro das Colónias, a seguir ao encerramento da Escola de Artes e Ofícios e do Instituto Leão XIII:

«É de toda a justiça que [...] destaque o grande trabalho que os [salesianos] realizaram na escola durante seis anos: 1907-1913 [...]. A escola e as oficinas tiveram uma grande transformação». Relativamente ao aspecto económico, «os factos que ressaltam eloquentemente dos documentos são, em resumo, estes: [Na altura] da entrega da escola à Comissão Municipal de Moçambique (25 de Setembro de 1913), [o] saldo que passa à nova administração [é] de 9.575\$145 [...]. Contraste: em 28 de Fevereiro de 1901 recebeu a prelazia da administração anterior dívidas [no valor de] 5.692\$368.³¹

Relativamente à instrução primária mostra o relatório que em 1908 (apenas um ano após a entrada dos salesianos), entre os alunos levados a exame, 21 da 3ª classe e 8

²⁹ ASC F 707 Mozambico, *carta Barilari-Albera*, 7. 3. 1912.

³⁰ ASC F 007, *Visita straordinaria...*

³¹ *Prelazia*, pp. 17-24.

da 4ª ficaram aprovados e vários deles com distinção.³² A melhoria introduzida no ensino técnico é também salientada no relatório, chamando-se a atenção para a considerável quantidade e variedade de máquinas adquiridas para as oficinas entre 1907 e 1913,³³ sinal de que estas não tinham estado inactivas».

8. A vida no internato

Acerca da vida no âmbito do internato, no seu ritmo escolar, circum-escolar e oficial, dispomos de escassas notícias, transmitidas através da correspondência e do *Boletim Salesiano* e respeitantes, quase todas, a celebrações festivas e a um ou outro acontecimento extraordinário. Tais notícias permitem-nos, contudo, saber que, menos de um ano após a entrada dos salesianos, a banda de música e o grupo coral já estavam em condições de se exhibir em público. Foi o que se verificou na recepção do príncipe Luís Filipe quando da sua visita de estudo às colónias africanas em Agosto de 1907:

«A 6 de Agosto chegava [à ilha] de Moçambique [...] Sua Alteza Real. [No cais] de desembarque encontravam-se [...] os nossos alunos com a sua bandeira nova e a banda. [Esta] rompeu com o hino nacional, formando-se em seguida o cortejo [para a] catedral, onde se cantou [um] solene *Te Deum*. [O canto esteve também a cargo] dos nossos alunos [...]. No dia seguinte, Sua Alteza Real, com a respectiva comitiva [...], visitou a nossa casa, manifestando a sua satisfação [pelo que lhe foi dado observar e] deixando uma generosa oferta».³⁴

Uma semana após a visita do príncipe Luís Filipe, os alunos deslocaram-se em passeio à Cabeceira Grande (no continente), onde visitaram o Instituto Leão XIII, dirigido pelas religiosas de S. José de Cluny, e onde o grupo coral abrihantou a missa solene celebrada na igreja paroquial.³⁵

O início de 1908 ficou marcado pela festa de S. Francisco de Sales em que, além da actuação da banda e do grupo coral, os alunos se estrearam no teatro:

«A nossa “schola cantorum” [executou as partes variáveis da missa] do maestro Ravanello. [A parte final da festa consistiu numa] pequena representação teatral. Os nossos pequenos actores, superando não poucas dificuldades por ser a primeira vez que representavam, levaram à cena o drama “O falso amigo” e uma pequena farsa. Fizeram-se ouvir também alguns cantos».³⁶

Música instrumental, canto, exercícios físicos, passeios, alternando com o trabalho intelectual e manual e com momentos de formação moral e religiosa, eram outros tantos meios pedagógicos de que os missionários salesianos, a exemplo do fundador, lançavam mão em ordem a fazer dos jovens nativos pessoas cultivadas, bem como cidadãos responsáveis e úteis na sociedade moçambicana.

³² Cf *ibid.*, p. 58.

³³ Cf *ibid.*, pp. 59-60.

³⁴ BSP 12 (1907) 667.

³⁵ *Ibid.*

³⁶ BSP 6 (1908) 825 (carta de 8. 2. 1908).

II - MISSÃO DA MOCHÉLIA

1. Uma nova proposta do prelado de Moçambique

Pouco depois de os salesianos terem tomado conta da Escola de Artes e Ofícios na ilha de Moçambique, o prelado Francisco Ferreira da Silva pensou em confiar-lhes também uma missão em território continental.³⁷ No seu entender, tal missão começaria por dar vida a uma pequena escola agrícola, na dependência e ao serviço da Escola de Artes e Ofícios. Esta poderia encontrar naquela uma razoável fonte de receita, no respeitante a géneros alimentícios. Seriam encaminhados para aqui os alunos que não mostrassem propensão para as artes mecânicas ou não se adaptassem ao internato, os quais, devidamente orientados nos trabalhos do campo (agricultura, horticultura e pecuária), acabariam por ganhar afeição à terra e à família, longe da vadiagem e tornando-se deste modo, além de cristãos convictos – capazes de resistir à vaga islamizante –, bons chefes de família e cidadãos honrados.³⁸

Eis como o próprio prelado se exprimia a este propósito:

«Uma das medidas por mim tomadas era de grande vantagem para a economia da Escola [de Artes e Ofícios: fundar] uma missão que, mediante a agricultura e outras iniciativas, lhe proporcionasse boas entradas, sobretudo em produtos hortícolas».³⁹

Para além destas vantagens imediatas, aos olhos dos salesianos abria-se uma perspectiva de extraordinário alcance: a missão da Mochélia afigurava-se-lhes como o embrião de uma grande obra evangelizadora que a Providência proporcionava aos filhos de Dom Bosco no território vastíssimo da África Negra. Era o que acentuava, cheio de entusiasmo, Pedro Cogliolo (em carta ao superior-geral) face à nova proposta, pouco antes de deixar Moçambique em 21 de Setembro de 1909:

«Se visse o imenso campo que se nos depara nestas paragens! Se não me engano, esta [nova] casa de Moçambique vai ser o ponto de partida para as nossas missões no interior da [África]. É um novo e imenso campo que, ao que parece, a divina Providência quer confiar ao nosso apostolado. Faltam apenas os operários! [...]».⁴⁰

O superior-geral rejubilou com a notícia deste posto avançado missionário que, em meados de Setembro de 1909, acabava de surgir na África Oriental:

«As notícias recebidas fazem-nos vibrar de alegria despertando, porém, em nós um vivo sentimento de pesar por não dispormos de pessoal abundante para podermos

³⁷ Mais exactamente, o desejo do bispo era confiar três missões aos salesianos em território continental: uma na Cabeceira Grande, outra em Mossuril e uma terceira na Mochélia. Foi esta a única que os salesianos vieram a aceitar (ASC F 707 Mozambico, *carta-Barilari-Rua*, 20. 8. 1908).

³⁸ Cf *carta Recalcati-Rua*, 1. 7. 1908, publicada in BSP 10 (1908) 940.

³⁹ *Prelazia*, p. 18.

⁴⁰ BS 11 (1909) 337.



potenciar a missão que a Providência acaba de confiar-nos (*ci fanno molto piacere, cagionandoci, però, un vivo rincrescimento per non avere abbondante personale da provvedere convenientemente la missione che la Provvidenza ora ci affida*). É de toda a conveniência que «tanto em Portugal [continental] como na própria missão [moçambicana] se cultivem muitas vocações que possam contribuir quanto antes para a propagação do Reino de Deus naquelas paragens».⁴¹

2. Primeiros passos da missão

O historiador Eugenio Ceria transcreve, em *Annali della Società Salesiana*, uma carta de Martinho Recalcati – encarregado de dirigir a missão da Mochélia –, na qual este comunica ao superior-geral as primeiras impressões relativas à experiência missionária:

«A nova casa que vai ser construída no sopé de uma colina verdejante domina a ampla e ridente baía de Mocambo. [Do alto da colina] descortina-se um soberbo panorama. De um lado, espraia-se o Oceano Índico [...]; do lado oposto, estende-se uma planura a perder de vista [...], atravessada pelo rio Monapo, impetuoso e transbordante no tempo das chuvas, reduzido porém a um regato no tempo seco. É nesta planura, e precisamente na margem do rio, que surgirá a nova missão. Nas cercanias [e por entre o arvoredo] destacam-se pequenas aldeias de negros [...]. Exceptuando as aldeias costeiras, toda esta gente [de raça macua e islamizada] nunca viu o missionário [...].

Começámos por construir duas palhotas, uma para habitação e outra para capela e a toda a volta uma paliçada para nos defender [das feras] que, de vez em quando, gostam de aparecer por estes sítios. E depois? Depois recolhemos algumas crianças e ensiná-las-emos a ler e escrever, valendo-nos de alguns alunos, entre os mais capazes, da nossa escola [...], e assim, pouco a pouco e com a ajuda de Deus, estudaremos a maneira de ir avançando para o interior».⁴²

Construídas as palhotas, passou-se imediatamente ao amanho e cultivo da terra, a fim de se conseguirem os produtos necessários para a subsistência dos dois missionários e seus colaboradores, e para acudir também às necessidades mais prementes dos pobres que fossem aparecendo. O irmão António Machado não tinha mãos a medir com a horticultura, dedicando, além disso, os seus bocados à caça. Assim, era com satisfação que, a 7 de Fevereiro, João Barilari informava o superior-geral acerca do progresso da missão:

«Decorridos apenas alguns meses, desde a abertura da missão da Mochélia junto ao rio Monapo, damos graças a Deus pelo progresso feito em tão pouco tempo. Construíram-se as palhotas ou cabanas, já se cultivou um bom pedaço de terreno, pensando também naqueles que venham pedir ajuda à missão, já que – permita-se-me a expressão – aqui, [talvez] mais ainda que noutros lugares, a fé entra muitas vezes pela boca».⁴³

⁴¹ ASC F 707 Mozambico, *carta Rua-Cogliolo*, 21. 10. 1909.

⁴² Eugenio CERIA, *Annali della Società Salesiana*, III. Torino, SEI 1946, pp. 620-621.

⁴³ *Carta Barilari-Rua* (7.2.1910), in BS 6 (1910) 186.

Mas o contentamento bem depressa deu lugar à desolação: não tardou que uma cheia, provocada pelo transbordar do rio, e logo a seguir um violentíssimo ciclone viessem a destruir quase tudo o que tinha sido feito. A violência das águas varreu as plantações e a do ciclone arrasou as palhotas.⁴⁴

Apesar do acontecido e sentindo-se felizes por não ter havido vítimas a lamentar, os missionários apressaram-se a refazer as bases da missão, mas desta vez com maior segurança. Escolheram, para isso, um outro lugar – Lunga –, não muito distante da Mochélia, mas menos exposto às surpresas do rio Monapo. Novas palhotas foram levantadas, novas plantações foram levadas a cabo, continuando o trabalho de humanização e evangelização com crianças e adultos. E veio o primeiro baptismo e com ele a esperança de, a breve trecho, poderem contar com uma florescente comunidade cristã.⁴⁵ Estávamos em Junho de 1910.

3. Sonho desfeito

Eis, porém, que os ventos da revolução republicana (Outubro de 1910), que assolaram a metrópole, chegaram também aos territórios ultramarinos e, por conseguinte, a Moçambique, ferindo sem piedade as instituições da Igreja. E, tal como na metrópole, as mais atingidas foram as que dependiam dos institutos religiosos. Em Novembro de 1911 Martinho Recalcati fazia chegar ao superior-geral a sua amargura pelo sonho desfeito relativamente a uma obra missionária que se antevia promissora:

«Há dois anos que eu e o irmão [António] Machado entrámos na Mochélia [...]. Ora, nestes dois anos pouco ou nada se fez, e porquê? No primeiro ano construámos uma palhota para nós e outra para uma família negra que estava ao nosso serviço [...]. Tínhamos feito uma pequena plantação, mas a cheia tudo levou [...]. Agora que tínhamos mudado para outro lugar mais sadio e menos sujeito a inundações, mas pior do ponto de vista religioso (visto que muçulmanos fanáticos, etc, etc.) [...], eis que se desencadeia [a revolução republicana]. Foram suspensas as actividades, a escola deixou de nos ajudar, pois era voz corrente que tínhamos de ir embora, etc., etc. Entretanto, passara um ano e a terra, [por nós solicitada ao governo para a colónia agrícola], outros a reclamaram [...] e nós – o Machado, jovem de 25 anos, e eu – para aqui estamos reduzidos a um ócio forçado. [O meu superior limita-se a dizer-nos] que tenhamos paciência [e pelos vistos] teremos de continuar nesta vida bem pouco edificante».⁴⁶

⁴⁴ Cf carta citada in BS 7 (1910) 205. O ciclone fez-se também sentir na ilha, derrubando um edifício novo de dois pisos, com 35 metros de comprimento, que estava a ser construído na escola (cf carta de Barilari, 16. 5. 1910).

⁴⁵ Cf BS 2 (1911) 55; *Annali...*, III, p. 622.

⁴⁶ ASC F 707 Mozambico, *carta Recalcati-Albera*, 6. 11. 1911.

III – PERÍODO AGITADO E SOMBRIO

Após três anos de esforços porfiados na Escola de Artes e Ofícios e um ano de dura mas ao mesmo tempo gratificante experiência na missão da Mochélia e de Lunga, o terreno podia considerar-se desbravado para um trabalho de consolidação e alargamento da obra salesiana em Moçambique. Mas o rumo que tomaram os acontecimentos, a seguir à implantação da República, tornaram a princípio problemático e, a breve trecho, inviável esse trabalho esperançoso. É certo que a legislação anticongreganista teve geralmente aplicação mais lenta no ultramar do que na metrópole, o que explica em parte o facto de os salesianos terem continuado em Moçambique até Setembro de 1913, animados pela palavra dos superiores maiores. Mas as circunstâncias adversas com que vieram a debruar-se durante todo esse tempo tornaram-lhes a vida extremamente penosa.

1. Campanha anticlerical

Os anticlericais lançaram mão de todos os meios para desacreditar os salesianos e a sua acção social e pedagógica. Estes queixam-se principalmente da campanha orquestrada contra eles pelas três lojas maçónicas existentes «nesta microscópica ilha» (João Barilari):

«Nós aqui também temos [sentido a mão] da maçonaria local que jurou a nossa expulsão bem como a das irmãs [de S. José de Cluny]. Como o não conseguiram ainda das autoridades vão-nos molestando das mais diversas maneiras. Ultimamente levaram os alunos a revoltar-se contra nós, sobretudo os que frequentam as oficinas externas».⁴⁷

Com a mudança de governador as coisas pioraram. Um mês depois desta notícia, João Barilari, escrevendo a Pedro Cogliolo, expõe bastante amplamente o ponto da situação e dá a entender que a presença dos salesianos está por pouco. É que as lojas maçónicas persistem na sua «guerra desapiedada» contra a escola. Após a expulsão dos jesuítas da Zambézia e de outros religiosos e religiosas, de diferentes localidades, não tardaria a vez dos salesianos, como observa Barilari a Pedro Cogliolo em carta de 1 de Março de 1911.

Houve ainda um clarão de esperança com a chegada a Moçambique do alto comissário da República, José Francisco de Azevedo e Silva, que procurou pôr cobro aos desmandos verificados na Colónia,⁴⁸ mas após a sua rápida passagem por Moçambique (Maio 1911 - Fevereiro 1912), tudo voltou ao mesmo. Em Novembro de 1911 Barilari escrevia, numa carta assinada também por Martinho Recalcati e Alfredo Queiroz:

⁴⁷ *Ibid.*, carta Barilari-Colussi (substituto do provincial), 30. 1. 1911.

⁴⁸ *Ibid.*, carta Barilari-Albera, 15. 8. 1911.

«Infelizmente, as coisas vão de mal a pior. A não ser que [a Providência], que sabe dirigir todas as coisas e tirar o bem [até] do mal, dê um rumo diferente à situação, não vislumbro nenhuma perspectiva [propícia] ao nosso apostolado».⁴⁹

Apesar de o cenário ser tão sombrio, os superiores maiores da congregação optaram pela permanência dos missionários em Moçambique, na esperança de que as coisas tomariam um rumo diferente, passada a maré alta da revolução, e o sonho missionário respeitante à África Negra poderia vir a realizar-se um dia. Mas em Março de 1912, Barilari, embora conformado com a decisão superiormente tomada, mostra a extrema gravidade da situação, estando a tornar-se irrispirável a atmosfera envolvente:

«Tanto eu como os outros irmãos aceitámos a decisão dos superiores no sentido de permanecermos no nosso posto de luta que vimos travando há mais de um ano. Procuraremos ganhar coragem e, de olhos voltados para o alto, trabalhar com ânimo redobrado, apesar do escasso fruto das nossas canseiras [...]. Alguns irmãos começam a sentir-se desmoralizados [...]. Em Fevereiro [de 1912] chegou o novo governador-geral Alfredo [de] Magalhães, de ideias bastante adversas à Igreja [...]. O pessoal desta casa é extremamente reduzido [...]. Atendendo ainda ao clima tropical, com um calor que nos faz transpirar continuamente dia e noite [e com as febres que nos assaltam de tempos a tempos e nos deixam prostrados], compreenderá o sacrifício que temos de enfrentar. [Quanto aos mestres], se não for possível enviá-los, parece-me preferível, atendendo à situação [em que vivemos], retirarmo-nos honrosamente antes de sermos escoraçados com desonra».⁵⁰

Em inícios de 1913, Barilari, com a saúde abalada, teve de deixar Moçambique, sucedendo-lhe no cargo de director da escola o padre Martinho Recalcati e sendo este, por sua vez, substituído na missão pelo padre Pio Nalin, há pouco chegado de Itália. Em Agosto do mesmo ano, Martinho Recalcati escreve ao padre Filipe Rinaldi, membro do conselho geral, para lhe comunicar o ponto de ruptura a que as coisas tinham chegado:

«A nossa situação continua [...] num crescendo pavoroso. [Já foi decretado] que a nossa escola de Moçambique passasse da direcção do bispo para a do governo. Por seu lado, a Câmara Municipal decretou que a escola seja completamente laica. [O bispo sente-se desarmado]. Que fazer? Há três anos, desde a proclamação da República, que vivemos num inferno [...]. Estes pobres rapazes [...] vivem também na incerteza [quanto ao seu futuro]».⁵¹

2. Mal-estar no seio da comunidade

Como acabamos de ver, os últimos três anos da presença salesiana em Moçambique foram sobremaneira conturbados devido ao clima anti-religioso

⁴⁹ *Ibid.*, 10. 11. 1911.

⁵⁰ *Ibid.*, 7. 3. 1912.

⁵¹ *Ibid.*, carta *Recalcati-Rinaldi*, Moçambique, 9. 8. 1913.



criado pela revolução republicana. Mas houve um outro factor, este de carácter interno, que contribuiu para agravar a situação, sobretudo no último ano e meio/dois anos. Queremos referir-nos aos problemas vividos no seio da comunidade religiosa. Alguns destes problemas estão ligados, no dizer de Barilari, às pressões exercidas pela maçonaria sobre os membros portugueses da mesma comunidade, no sentido de os atrair à causa republicana, mediante promessas aliciantes de ordem material:

«As lojas maçónicas desta cidade juraram a nossa expulsão desta escola que, na sua óptica, não tem hoje sentido estar entregue a religiosos. E ei-los de novo à carga, mas desta vez – segundo parece – obedecendo a um plano de luta bem [gizado]. O ano passado procuraram revoltar os alunos contra nós e em parte conseguiram o intento, fazendo-nos passar dias e meses de inferno [...]. Agora o ataque é dirigido contra os salesianos portugueses que esperam comprar com promessas e engodos. O incauto padre Alfredo Queiroz já se deixou apanhar na rede. Seduzido com o avultado vencimento de 6.000 francos anuais como professor numa escola de fundação recente, deixou a congregação. Dado este primeiro passo, induziram-no a renunciar inclusivamente ao ministério sacerdotal [e a optar pelo casamento]. E, como os maus exemplos arrastam, receio bem que [venham a seguir o mesmo caminho] os salesianos leigos portugueses Gaspar Marques e António Machado que, desde há uns meses para cá, manifestam uma grande mudança».⁵²

Embora substancialmente de acordo com Barilari quanto aos factos referidos, Martinho Recalcati mostra, no entanto, que na raiz dos mesmos estavam não apenas causas de ordem externa, mas também de ordem interna, ou seja, falhas comportamentais da parte do próprio Barilari, superior da comunidade e director da escola:

«Já escrevi outras vezes [dirige-se ao superior-geral] que as coisas por aqui entre os irmãos não andavam muito bem. Eu estava na missão e vinha [à escola] cada dois meses sempre que podia: observava, recebia confidências e fui-me dando conta de que se tivessem sido escutadas as queixas do Queiroz, com certeza não aconteceria o que aconteceu. Com isto não entendo culpar ninguém nem muito menos diminuir a [gravidade] do escândalo».⁵³

Com o parecer de Recalcati concordam os testemunhos dos dois salesianos leigos portugueses, José Marques e António Machado:

«O ex-padre Queiroz, desde há um ano e tal, andava a pedir para ir à Europa para conferenciar com os superiores. E razão tinha ele de lhe ser [concedida] essa licença, [mas] sempre lhe foi recusada [...], de modo que, aborrecido da vida, [devido] às muitas contrariedades [vindas] da parte do director [...], já cansado e não sabendo como fazer, começou a falar disso à gente de fora, [incluindo] certos sujeitos [pertencentes] à loja maçónica nossa vizinha, os quais aproveitaram da circunstância para o induzirem ao passo que desgraçadamente deu [...]. Havia ainda tempo de o salvar, [...], se o director ouvisse o que lhe era dito pelos irmãos. [Os

⁵² *Ibid.*, carta Barilari-Albera, Moçambique, 15. 8. 1912.

⁵³ *Ibid.*, carta Recalcati-Rinaldi, Moçambique, 8. 5. 1913.

maçónicos tentam] arrastar mais algum português, mas [nós] não estamos dispostos [a dar-lhes ouvidos]». ⁵⁴

«Se o padre Queiroz se perdeu, a culpa não é toda dele: há que atribuí-la também ao procedimento do director. Só depois de ele ter dado o passo que deu [é que lhe concediam mudar de casa], como constantemente pedia: só então é que lhe davam passagem para a Europa quando já não havia remédio». ⁵⁵

É de notar que já em 1909, o padre Cogliolo observava no seu relatório da visita extraordinária à casa de Moçambique:

«O director, padre João Barilari, é pouco aberto e sincero, trata os irmãos com pouca delicadeza, resmungava com eles ao conceder-lhes aquilo que lhe pedem ou de que necessitam, enquanto consigo próprio não é nada austero [...]». ⁵⁶

3. Retirada dos salesianos

Em Agosto de 1913 o novo superior da casa, Martinho Recalcati, informava o padre Filipe Rinaldi de que os salesianos acabavam de ser oficialmente destituídos da direcção e administração da Escola de Artes e Ofícios, sinal de que a saída estaria para breve:

«Acaba de nos ser definitivamente retirada a direcção e administração desta escola, passando para a Câmara Municipal [...]. Chegou também às mãos do bispo um telegrama, dizendo que nesta escola não querem nem padres nem seculares congreganistas. Sendo assim, que estamos nós aqui a fazer? [...]. O próprio bispo está admirado de nós ainda não termos reagido. Eu escrevi-lhe, comunicando-lhe que não arredo pé enquanto me não expulsarem ou for chamado pelos meus superiores». ⁵⁷

A ordem de expulsão não se fez esperar muito. Efectivamente, a 1 de Setembro o mesmo Recalcati fazia nova comunicação para Turim, anunciando que «a bomba [tinha] rebentado» e enviando cópia do «decreto de expulsão». E acrescentava:

«Por estes dias faremos a entrega de tudo, minuciosa, fastidiosa, antipática... Depois... será a partida ... Estou cansado de viver no meio de gente desnaturada». ⁵⁸

Na verdade, as circunstâncias da permanência na Escola de Artes e Ofícios, durante os três anos vividos em clima de hostilidade sistemática contra os religiosos, justificavam o desabafo. Entretanto, a deliberação contra os salesianos, da parte do governo central, já tinha sido tomada em Julho de 1913 pelo decreto 51, publicado no Boletim Oficial de Moçambique, n. 34 (1913). O decreto, que vem reproduzido em *Prelazia* (p. 5), diz entre outras coisas:

⁵⁴ *Ibid.*, carta Marques-Rinaldi, Moçambique, 8. 4. 1912.

⁵⁵ *Ibid.*, carta Machado-Ricaldone, Moçambique, 8. 4. 1912.

⁵⁶ ASC F 007 fasc. 13, *Visita straordinaria...*

⁵⁷ ASC F 707 Mozambico, carta Recalcati-Rinaldi, Moçambique, 22. 8. 1913.

⁵⁸ *Ibid.*, carta Recalcati-Rinaldi (?), Moçambique, 1. 9. 1913.

«A Câmara Municipal da cidade de Moçambique [...] deliberou representar ao Governo, pedindo-lhe lhe seja entregue a direcção e administração da Escola de Artes e Ofícios, existente na mesma cidade, e do Instituto Leão XIII instalado na Cabeceira Grande. Apoiar-se a representação na imperiosa necessidade de subtrair aqueles estabelecimentos de educação e ensino à acção nociva dos elementos clericais e reaccionários que, a mais de dois anos da implantação da República, ainda neles predominam [...].

[Importa] pôr termo a um estado de coisas prejudicial ao prestígio e aos interesses da República, cuja obra política e social muito depende da orientação liberal e democrática do ensino popular. [Este ensino] será inteiramente laico, [liberto do influxo dos] ministros de qualquer religião [e dos] membros de qualquer congregação religiosa [...].

Dado nos Paços do Governo da República e publicado em 22 de Julho de 1913. – Manoel de Arriaga. – Artur R. de Almeida».

A saída dos salesianos da escola veio a efectuar-se a 25 de Setembro, sendo hospedados por deferência amiga do vigário-geral, Sebastião José Alves, no antigo paço episcopal da cidade, onde permaneceram até ao embarque para a Itália, no dia 10 de Outubro.⁵⁹ Em carta, sem indicação do destinatário, mas dirigida provavelmente ao superior-geral (Paulo Albera), Francisco Ferreira da Silva exprimia o seu pesar pelo afastamento dos salesianos, a quem há seis anos abrira as portas da sua prelazia, na esperança de encontrar neles uma colaboração dedicada e duradoira:

«A saída dos filhos do venerável Dom Bosco [causou-me] a mais viva mágoa que se pode sentir [...]. Nunca esquecerei os bons serviços que em Moçambique prestaram».⁶⁰

4. Após a retirada dos salesianos

De acordo com o decreto-lei que acaba de ser citado, a Escola de Artes e Ofícios, confiada aos salesianos em 1907, passava de novo para a completa responsabilidade da Câmara Municipal do distrito de Moçambique, devendo a orientação religiosa que tivera anteriormente dar lugar à orientação de um Estado laico. O termo «laico», que em si mesmo indica apenas, para nós hoje, «independente de qualquer confissão religiosa», tinha na época uma conotação fortemente negativa, exprimindo completo repúdio pelo ensino da religião, concretamente da religião cristã, considerada nociva ou inimiga das instituições democráticas e republicanas. Daí as expressões incluídas no texto do decreto: «o ensino [dentro da Escola de Artes e Ofícios] será inteiramente laico»,

«pondo termo a um estado de coisas prejudicial ao prestígio e aos interesses da República cuja obra política e social muito depende da orientação liberal e democrática do ensino popular».

⁵⁹ Cf Relatório sobre Moçambique (ASC F 707 Mozambique). Este relatório, anónimo e s/d, é posterior a 1928.

⁶⁰ ASC F 707 Mozambique, carta de 4. 11. 1913.

É evidente que, no contexto, «orientação liberal e democrática» nada mais acrescentava a «orientação laica». E é de notar que neste mesmo ano de 1913, em substituição das missões católicas, foram instituídas as assim chamadas missões laicas ou civilizadoras, cuja actuação, a breve trecho, veio a resultar num fracasso total.

Quanto ao resultado obtido pela nova direcção da escola, sabemos apenas que em inícios de 1919 o cónego Sebastião José Alves, então à frente da prelazia por incapacidade do bispo Francisco Ferreira da Silva, escrevia ao padre João Barilari o seguinte:

«Mal pode imaginar as tribulações que tem havido [...]. A escola tem passado de mal a pior, mas somos chegados ao termo dos grandes males».

E exprime o desejo de que os salesianos regressem à ilha de Moçambique e alarguem até o campo de acção, incluindo a presença das salesianas.⁶¹

Depreende-se destas notícias que, por um lado, a situação da Escola de Artes e Ofícios era bem pouco animadora e, por outro, a sanha contra os institutos religiosos tinha amainado, uma vez que os salesianos eram convidados a retomar a direcção da escola, de onde tinham sido expulsos em 1913, e a assumir eventualmente outras responsabilidades.

Em inícios de 1920, Filipe Rinaldi (do conselho geral) pede ao padre Cogliolo o parecer sobre a hipótese de se restaurar a obra salesiana em Portugal. Na lúcida exposição de Cogliolo ressalta a importância por ele dada ao reatar das actividades missionárias em Moçambique e a finura diplomática a adoptar no processo de negociações com o governo:

«A pedido de V. S. Rev.ma apresento-lhe, por escrito, o que penso em ordem a uma solução para a nossa obra em Portugal. O governo português reconhece e sente a necessidade urgente de estabelecer missões católicas nas suas colónias, sobretudo em Moçambique, a fim de contrapor a sua obra civilizadora à das missões protestantes inglesas, alemãs e suíças que desenvolvem abertamente uma acção política em prejuízo da soberania portuguesa. Todavia, o governo português dificilmente se disporá a ir a Canossa. Importa, por conseguinte, apresentar-lhe boas propostas. Sei que, neste momento, a Escola de Artes e Ofícios [da ilha] de Moçambique, onde os salesianos deixaram óptimas impressões como educadores e administradores, poderia voltar às nossas mãos. Deveríamos, além disso, oferecer-nos para [participar na] evangelização de toda a região norte de Moçambique [onde impera o paganismo]. Conviria, portanto, dar já os primeiros passos com prudência e atenta diplomacia junto dos dois ministros acreditados em Roma e junto da Secretaria de Estado da Santa Sé. No caso de as nossas proposta terem bom acolhimento, apresentaríamos naturalmente como condição indispensável a reabertura, por agora, da casa de Lisboa, na qual seria feita a preparação do pessoal [destinado às missões], dispostos inclusivamente a aceitar o controle do governo em tudo o que não implicasse incompatibilidade com o fim principal da nossa obra. Nas negociações cumpriria lembrar que o governo provisório da República portuguesa, ao reconhecer-nos a pro-

⁶¹ *Ibid.*, carta Alves-Barilari, 5. 2. 1919.

priedade dos imóveis, baseava no resultado do inquérito, por ele efectuado, o facto de a Pia Sociedade de S. Francisco de Sales não ser uma ordem religiosa, mas tão-só uma sociedade de beneficência. Nos arquivos centrais [da congregação] existe cópia deste documento oficial dirigido pelo governo português à *R. Legazione d'Italia* em Lisboa». ⁶²

Neste mesmo ano de 1920 entra em cena o novo prelado de Moçambique Rafael Maria da Assunção (franciscano). Uma das suas preocupações era ver recuperada a Escola de Artes e Ofícios da ilha de Moçambique. Logo a seguir à sua tomada de posse, começou a dar passos neste sentido, como se depreende de uma carta (em francês) dirigida em Março de 1923 ao superior-geral Filipe Rinaldi:

«Meu Rev. padre. Ecrevi-lhe logo após a minha chegada para lhe agradecer o acolhimento por ocasião da minha visita [à casa-mãe de Turim] e para lhe perguntar se estaria disposto a aceitar a Escola de Artes e Ofícios da cidade de Moçambique. [Encontro-me] em embaraço para dar uma resposta ao governo português que me pede para retomar a [dita escola], bem como uma casa de educação para meninas, perto da sobredita cidade [...]. Se eu pudesse contar [com os salesianos], seria muito gratificante para mim e grandemente benéfico para aqueles pobres rapazes educados sem nenhuma religião. Penso, além disso, que seria vantajoso para a congregação [salesiana], pois veria facilitada a sua acção em Portugal. Atrevo-me a pedir também as salesianas para o colégio feminino onde já estiveram as religiosas de S. José de Cluny [...]. A obra ficaria assim mais completa. Conto com uma resposta que me permita responder também eu ao governo [desejoso de ver o problema resolvido]. Facto deveras curioso: aqueles que expulsaram os missionários são os mesmos que [agora os reclamam]». ⁶³

Perante nova insistência, por telegrama, junto do superior-geral, passados alguns meses, este encarrega o provincial de Portugal de dar uma resposta ao prelado, fazendo-lhe ver que era de todo impossível satisfazer o seu pedido, alegando penúria de pessoal provocada pelos acontecimentos da guerra de 1914-18. Compare-se, entretanto, o tom desta resposta com o da citada exposição de Cogliolo:

«Encarregado de responder ao telegrama de V. Ex^a, faço-o expondo [-lhe] o pensamento dos meus superiores [...]. Como V. E. bem sabe, os salesianos foram expulsos de Moçambique pelo governo da República e de modo pouco louvável. Agora [são novamente convidados a dirigir] aquela casa, ficando o governo entre os bastidores. Os [meus] superiores desejariam que [fosse] o mesmo governo [a pedir] o seu regresso ao superior-geral da Sociedade de S. Francisco de Sales, ou ao menos declarasse em documento oficial que não só não se opunha, mas que era seu desejo que os salesianos voltassem a tomar a direcção do estabelecimento de Moçambique e se expusessem neste mesmo documento as condições do contrato. Seria isto uma justa reparação das injustiças praticadas quando da expulsão». ⁶⁴

⁶² *Ibid.*, carta-exposição de Cogliolo a Filipe Rinaldi, Turim, 7. 2. 1920. O documento a que se faz referência é a nota assinada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Bernardino Machado, de 2. 9. 1911 (ASC F 008 fasc. 34).

⁶³ *Ibid.*, carta Rafael-Rinaldi, 19. 3. 1923.

⁶⁴ *Ibid.*, carta Sutura-Rafael, 26. 8. 1923. Lendo este texto, vê-se que tinha sido esquecida a advertência de Pedro Cogliolo: «O governo português dificilmente se disporá a ir a Canossa».

Desabafando, posteriormente, as suas mágoas com o padre Sutura, Rafael da Assunção resigna-se a custo, mas não deixa de lhe observar que a lógica das revoluções não coincide com a lógica de quem lhes sofre as consequências:

«[...] sinto muito ter de lhe dizer que não ousou mesmo propor ao governo a forma de solução [sugerida na sua carta], na certeza de que não aceita. Não vão os tempos ainda tão descobertos que seja fácil obter reparações do passado com a facilidade que V. R. julga. [...]. As revoluções são por toda a parte a mesma coisa e não são geralmente [os governos] que vêm ao nosso encontro a pedir amizades. Somos nós que à força de esforços conquistamos os direitos -expoliados. Tenho pois muita pena não poder contar com o concurso dos [filhos] de Dom Bosco [...]. Cada vez me sinto mais desalentado neste deserto da vida».⁶⁵

Rafael Maria da Assunção ainda tentou alguns anos mais tarde dispor os salesianos a retomar a obra do passado, mas sem êxito. Entretanto, as perspectivas de evangelização abertas aos filhos de Dom Bosco, durante os seis anos de actividade em Moçambique, ficaram a alimentar-lhes o desejo de regressar logo que as condições políticas e a disponibilidade de pessoal o permitissem. O que veio, de facto, a acontecer, mas só decorridos quase quarenta anos (1952), excluídas, porém, a ilha de Moçambique e a vizinha missão.

Conclusão

A entrada dos salesianos em Portugal (1894) coincidiu com o momento de renovação do espírito e actividade missionária no país, após um longo período de apagamento, devido a um persistente movimento de hostilidade à Igreja, desde inícios do século XIX, para não falar da anterior campanha antijesuítica desencadeada por Pombal (século XVIII). Coincidiu também com o momento de relativa pacificação do território correspondente ao distrito de Moçambique – antes sujeito a contínuas incursões e destruições por parte de tribos aguerridas, como os macuas e os namarras – pacificação levada a cabo principalmente pelos grandes chefes militares Mouzinho de Albuquerque, Neutel de Abreu e Massano de Amorim.⁶⁶

A participação na obra missionária ultramarina era então considerada como forma de os salesianos se afirmarem verdadeiramente no Portugal anticongregacionista de finais do século XIX e inícios do século XX, entrando a emparceirar com

⁶⁵ *Ibid.*, carta Rafael-Sutura, 30. 9. 1923. As considerações de Rafael Maria da Assunção coincidem com a prudência diplomática recomendada por Pedro Cogliolo.

⁶⁶ No relatório sobre Moçambique (anónimo e s/d), acima citado, Massano de Amorim, governador do distrito de Moçambique entre 1906 e 1910, aparece mencionado como cooperador salesiano juntamente com Freire de Andrade, governador-geral da Colónia durante o mesmo período, o prelado de Moçambique, Ferreira da Silva, e o vigário-geral, Sebastião Alves.

outros institutos religiosos há mais tempo radicados no país e empenhados nas missões: espiritanos, padres de Cernache, jesuítas, franciscanos, franciscanas missionárias de Maria, religiosas de S. José de Cluny, canossianas...

O apelo do superior-geral, padre Miguel Rua, dirigido à incipiente província portuguesa ao visitar Lisboa em 1899, tinha a motivá-lo, além do seu ardor apostólico, não só as óptimas perspectivas que aos salesianos se abriam no âmbito do ultramar português, mas também as instantes solicitações que chegavam até ele, algumas das quais já vinham do tempo do fundador.

Durante os primeiros anos de actividade em Moçambique, os missionários salesianos – não obstante as limitações de pessoal e as adversidades – fizeram uma obra de reconhecido mérito, não tendo deparado com problemas de monta na sua actuação. Os verdadeiros problemas surgiram apenas com o novo regime político instaurado em 1910, o qual afectou negativamente as missões ultramarinas no seu conjunto.

A boa aceitação inicial dos missionários salesianos ficou a dever-se ao espírito de abnegação que os animava, e bem assim ao facto de não terem levantado objecções de fundo relativamente ao regime de padroado então vigente nos territórios ultramarinos de influência portuguesa.

O apreço pela obra salesiana na Escola de Artes e Ofícios (ilha de Moçambique) e na missão propriamente dita (Mochélia e Lunga) comprovam-no particularmente as renovadas solicitações que, volvida uma década após a expulsão, lhes foram dirigidas da parte das autoridades eclesiásticas e civis para retomarem as obras interrompidas e alargarem até o âmbito de actuação.